

INTRODUÇÃO

A HISTORICIDADE DA LITERATURA

Ao propormos este tema para o 9.º volume da *Revista de Estudos Literários* procurámos delimitar a amplitude interpretativa do lexema “historicidade” privilegiando dois ângulos de abordagem de entre os muitos que poderia suscitar. Em primeiro lugar, o cruzamento entre duas formas de conhecimento ontologicamente diferentes – a História e a Ficção – e que todavia convergem no processo de fixação da memória coletiva; o modo como os respetivos discursos se afastam e/ou se complementam no registo narrativo do tempo. Por outro lado, pretendíamos relançar o debate sobre uma matéria algo descentrada das atuais preocupações teóricas, mas com a qual se confronta quem estuda e ensina Literatura: a história literária e os conceitos conexos de historicismo e neo/pós-historicismo.

Desde o seu “nascimento”, no século XIX, a história literária dominou o estudo e o ensino da literatura durante várias gerações. O decaimento daquela disciplina académica prende-se com fatores epistemológicos bem conhecidos que alteraram o entendimento dos fenómenos artísticos e culturais: nas palavras de Carlos Cunha (inseto no volume coletivo *Largo mundo alumiado*, 2004), a crise da história literária «revela uma descrença na ‘razão histórica’ e nos seus mitos» e «resulta em particular da desvalorização dos ideais ao serviço dos quais funcionava como património cultural e simbólico.» Mas há também fatores de ordem metodológica: ultrapassado o nacionalismo romântico, viria a vez de ser posta em causa a herança positivista, e com ela o próprio relato diacrónico, baseado na dialética periodológica e na

aura dos ‘grandes autores’. Tornava-se necessário encontrar outros caminhos, numa fase em que o historicismo perdia terreno face aos avanços da teoria literária. Ao publicar *Is literary history possible?*, em 1992, David Perkins dava expressão ao desconforto que já há mais de uma década se instalara nos meios universitários anglo-americanos: tornava-se notória a incapacidade de a história literária explicar os processos de continuidade e mudança que constatava; a falta de consistência explanatória conduziria a atividade historiográfica ao risco de irrelevância caso abdicasse de refletir sobre os seus fundamentos e métodos. Tal não impede o autor de a considerar útil e necessária.

Todavia, várias propostas de renovação teórica vinham sendo exploradas nas últimas décadas do século XX. O *new historicism*, iniciado nos anos 80 por influência, sobretudo, de Michel Foucault e Stephen Greenblatt, numa primeira fase reorientou as abordagens contextuais, ao colocar o foco de análise nas circunstâncias ideológicas e materiais de produção. Paralelamente, a visão da dinâmica interna do campo literário enriquecia-se pelos estudos de recepção de Jauss e Iser, e pelo viés sociológico, com destaque para Pierre Bourdieu. Estes importantes movimentos teóricos alargaram consideravelmente a forma de conceptualizar a inscrição da literatura no tempo e no espaço em que surge e em que é lida. O esforço de renovação não foi ainda assim suficiente para que a história literária recuperasse a centralidade perdida. Numa segunda fase, o neo-historicismo pós-moderno teria uma incidência mais direta na metodologia descritiva: por um lado, recusava o artificialismo da forma narrativa convencional, de tipo sequencial e causal; por outro, lançava a suspeição sobre a visão unificadora de uma realidade que é por natureza multiforme. Assim, gradualmente a “grande narrativa” panóptica, captada por um único olhar dá lugar à justaposição de pequenas narrativas em que diferentes intérpretes propõem imagens plurais sobre um mesmo segmento cronológico.

Este questionamento prosseguiu na senda de autores influentes – Edward Said, Ralph Cohen, Hayden White, Stuart Hall, J. MacGann entre tantos outros – cujas diferentes linhas de pensamento convergem na desconstrução dos discursos hegemônicos institucionalizados. Acabada a era das grandes sínteses, a palavra de ordem passa a ser *descentramento*, quer no alcance geográfico quer no das práticas culturais. Os estudos pós-coloniais, em particular, e, mais recentemente, a chamada “literatura-mundo” deslocaram a visão eurocêntrica e ocidental do cânone, em favor de visões mais inclusivas, mais contrastadas e autorreflexivas do fenômeno literário.

De então para cá muitas *novas histórias* surgiram, sem contudo reverter os principais impasses que a epistemologia literária enfrenta no contexto liquefeito da pós-modernidade: a crise de confiança no sujeito e no próprio objeto de conhecimento. Hans Ulrich Gumbrecht, num ensaio datado de 2005 (em volume editado por Eunice Moreira, *Histórias da Literatura: leituras contemporâneas*, 2017), retoma no título a mesma pergunta incisiva de Perkins: “Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?” A falência do conceito meta-histórico de ‘literatura’ e a incapacidade de perspectivar o tempo a partir de um olhar exterior levam-no a duvidar do ressurgimento. A possível morte da disciplina, extinto que está o conceito de historicidade que lhe deu origem, é ainda assim encarada sem dramatismo: o desinvestimento na história literária é compensado pelo interesse na “concretude” da literatura, que nos permite imergir materialmente no passado.

Não restam dúvidas de que o modelo historicista de conhecimento e transmissão da literatura, largamente partilhado no passado, se tornou hoje objeto de contestação. A investigação histórico-literária, cada vez mais atomizada, perdeu nos Estudos Literários muita da sua vitalidade. No entanto, verificamos que continua a impor-se enquanto exercício de inteligibilidade, tanto no discurso

crítico como na prática pedagógica. Terá deixado de fazer sentido percorrer a linha sinuosa e por vezes descontínua do tempo? Será possível conceber a produção e receção dos textos literários à margem de um contexto e de regime de historicidade? E será ainda *história* se deixar de oferecer uma visão sistémica e diacrónica da literatura? Estas e outras interrogações perpassam em alguns dos textos aqui publicados, mas o facto de se abordarem lateralmente é sintomático da incomodidade que o tema suscita.

A indecisão epistemológica não afetou da mesma forma a discussão teórico-crítica no que diz respeito à relação da Literatura com a História. Desde a poética aristotélica aos nossos dias a problemática da “verdade histórica” se contrapõe à representação simbólica – a verosimilhança que determina a mimese literária não nos diz *o que foi* mas o que *poderia ter sido*. Sabemos por outro lado que o chamado “contexto histórico” é em larga medida uma construção de quem o tenta apreender, seja o romancista ou o historiador; e mesmo que os *realia* evocados tenham existência empírica, como observou Linda Hutcheon (em *A Poetics of Postmodernism. History; Theory; Fiction*), o referente de eventos pretéritos só nos chega sob forma textualizada e mediada – de forma subjetiva, portanto. Tinha pois razão Eça de Queirós ao afirmar, já em 1885 (em carta ao conde de Ficalho), que «a História será sempre uma grande fantasia».

Todo esse relativismo não anula, antes ativa o diálogo que o texto literário estabelece com o tempo real em que se inscreve ou com o tempo imaginado que recria. A resiliência do romance histórico comprova a fecunda interação entre os dois discursos: não esperamos já que a ficção inspire “os santos afectos da nacionalidade” de que falava Alexandre Herculano; mas ainda hoje é chamada a elaborar conhecimento crítico do passado, a iluminar as zonas nebulosas da memória ou a imaginar a “história alternativa” das comunidades. A forma como a Literatura interpreta a História – ou, dito de outro

modo, a sua capacidade de, contando histórias, produzir História – continua por isso a despertar entusiasmo para novas leituras. Isso mesmo se perceberá nos artigos que preenchem este volume.

Dentro da SECÇÃO TEMÁTICA, colocámos numa primeira sequência seis estudos que incidem em diferentes períodos cronológicos com enfoque teórico na historicidade do texto literário ou na sua relação dialética com a contemporaneidade.

Marta Duarte discute o regime periodológico a partir do qual se convencionou descrever a literatura do século XVIII; este regime, dividindo artificialmente duas concepções ideológicas (Barroco/ Ilustração) que em grande medida se sobrepõem, pode e deve ser reequacionado, segundo defende, a partir das propostas teóricas da *nova história*, cujos fundamentos analisa em profundidade.

O que se entende – ou deverá entender-se – por romance histórico é objeto de dois estudos centrados na produção romântica portuguesa. Ricardo Ledesma Alonso, autor de uma tese recente sobre Alexandre Herculano, explora a ideia de que a ficção histórica é produtora de “conhecimento prático”, o que lhe atribui propriedades cognitivas com forte ação sobre o tempo presente e o futuro. O autor baseia-se na tese de Hayden White, segundo a qual o “passado histórico”, tal como o concebe a historiografia pós-romântica, não tem maior capacidade explicativa do que a novelística coeva. Helena Buescu aborda a poética do género em termos originais ao defender que também é “histórico” o romance que escolhe o cenário do seu presente como alegoria do passado; tomando como exemplo a ficção camiliana, demonstra como um romance “contemporâneo” pode ajudar a iluminar a realidade, dando-lhe espessura histórica.

Carlos Reis problematiza a noção de historicidade aplicando-a à personagem e à sua figuração, na senda da teorização que vem

desenvolvendo sobre esta categoria narrativa. Ocupa-se principalmente de personagens nativas da ficção cuja existência é indissociável do reconhecimento de um quadro histórico, ainda que difusamente representado. Na obra de Eça de Queirós (literária e cronística), recolhe testemunhos sobre os *modos ficcionais de ser histórico* sem cair no indesejado historicismo; ou seja, como os “parágrafos mortos da história” (Eça) se incorporam na “realidade contemporânea, inacabada e fluente” de que falava Bachtin.

A memória familiar cruza-se frequentemente com a memória histórica para interpretar momentos de transformação ou de crise económica e social. Maria de Fátima Marinho observa como a atribuição da focalização a grupos ignorados até ao século XX legitima a criação de uma nova História e de um fecundo processo de conhecimento do passado. O tema, de grande atualidade nos estudos literários e culturais, é explorado a partir de um romance de Teolinda Gersão, onde a história de uma família dos anos 1990 se faz pelo entrelaçamento das memórias fragmentárias dos mortos.

Numa segunda sequência alinham-se cinco trabalhos dedicados a aspetos temático-ideológicos mais específicos. Eduardo Soczek Mendes recupera a questão da verdade ficcional em Alexandre Herculano: parte do jogo autoral acerca da veracidade das fontes (o suposto manuscrito que legitimava a ficção), para sublinhar, em sentido inverso, o valor documental da erudição convocada pelo historiador. Ainda em contexto oitocentista, novos valores ideológicos aproximam a narrativa histórica da modernidade burguesa. O mito da meritocracia como forma de ascensão social nasce em tempo romântico, como demonstra Luciene Pavanelo, através da figura do *parvenu*, representado em romances históricos de Alexandre Dumas (*Os Três Mosqueteiros*) e em Camilo Castelo Branco (*O Demónio do Ouro*); e Beatriz Peralta García explora uma temática pouco conhecida, a literatura fantástica produzida pela intelectualidade operária

socialista, estudando textos do compositor tipógrafo Ernesto da Silva (1868-1903), autor do drama *O Capital*.

Completam esta secção dois artigos dedicados à literatura colonial angolana do século XX: Isadora Fonseca revisita a obra de Reis Ventura, muito divulgada no período salazarista: o autor celebra a utopia colonial de um Portugal em África, com a particularidade de associar a ideologia e o programa do império ao paradigma teórico do lusotropicalismo. O contraste com esta visão idealizada surge na obra de Costa Andrade, analisada por Manuel Muanza: os contos reunidos em *Estórias de contratados* documentam a realidade vivida na zona do “Planalto Central” de Angola (Huambo), onde, nos anos 50 e 60 se procedeu ao reordenamento forçado das populações campestres.

Na SECÇÃO NÃO-TEMÁTICA insere-se, em primeiro lugar, um texto da Professora Ofélia Paiva Monteiro intitulado “Refigurações garrettianas de ‘romances’ e outros textos tradicionais”. Reencontramos neste último trabalho, lamentavelmente inconcluso, o rigor e a fina análise textual que sempre distinguiu a sua escrita. Segue-se um artigo de Cristiane Tolomei sobre a receção do ‘último Eça’ na Crítica brasileira novecentista.

Cabe por último uma breve apresentação das restantes secções da Revista. A parte dedicada à PROFISSÃO oferece neste número um conteúdo de índole científico-pedagógica orientado para o ensino universitário. Interrogando-se sobre “O que deve ensinar-se hoje sobre *Os Lusíadas* numa Faculdade de Letras?”, José Augusto Bernardes enquadra e sistematiza criticamente uma matéria curricular relevante para professores e alunos de Estudos Camonianos. Na Secção ARQUIVO, António Apolinário Lourenço resgata do jornal *A Província*, hoje de difícil acesso, uma leitura original do romance *A Relíquia*, de Eça de Queirós; este texto, da autoria de Luís Magalhães (de 1887), é pela primeira vez objeto de uma republica-

ção integral e merece ser conhecido. As RECENSÕES reunidas na parte final do volume examinam oito obras de publicação recente no domínio do ensaísmo e da crítica textual. Algumas das obras recenseadas prendem-se diretamente com o tema da Revista.

Maria Helena Santana

<https://orcid.org/0000-0002-4264-2568>